

**A PRESENÇA DE ROMA NO ORIENTE:
IUDAEA CAPTA E AS TRADIÇÕES CULTURAIS DA *PALAESTINA*
ROMANA.**

**THE PRESENCE OF ROME IN THE EAST:
IUDAEA CAPTA AND THE CULTURAL TRADITIONS OF THE ROMAN
PALAESTINA.**

MARCIO TEIXEIRA-BASTOS

marcio_quisleu@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

<https://orcid.org/0000-0002-3553-7129>

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

ppfunari@uol.com.br

Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>

Artigo submetido a 20-02-2018 e aprovado a 21-09-2018

Resumo

O artigo analisa a ocupação imperialista romana no Oriente Antigo, a consequente dominação da *Iudea* e sua transformação em *Syria Palaestina*. Aborda o debate actual sobre o tema, ilustrando também a temática com alguns exemplos da Arqueologia. A demografia e a paisagem da região são tratadas com o objetivo de demonstrar a intersecção de forças externas e de forças internas que definiram os campos de ação nesse inter-fluxo de relações humanas. Argumenta que a adequada administração imperial romana, a organização de uma rede de estradas ordenadas e um sistema de tráfego eficiente, permitiram tanto a mobilidade militar, bem como a formação de estratégias de suprimento, comunicação e controle da região pela

população. Salienta categorias de análise, tais como poder, hegemonia, dominação e resistência, para a discussão do tema, afirmando que a formação dos espaços é inerente ao entendimento do próprio conceito de espaço, a esfera da simultaneidade, co-formador do tecido social e das relações de poder. A negociação, nesse sentido, enquanto categoria analítica é o que fomenta espaços, alimenta as práticas materiais, subsidia as identidades e media o poder. Por fim, o artigo evidencia a importância da contextualidade social, dos contextos arqueológicos e dos contextos de produção dos discursos, como ferramentas próprias para abordagens acadêmicas que privilegiem a percepção das distintas condições ideológicas e contradições inerentes às interações sociais e materiais em contato.

Palavras-chave: Iudea Capta; Syria Palestina; Arqueologia Clássica

Abstract

This paper analyzes Roman imperialist occupation in the Ancient East, the consequent domination of the *Iudea* and its transformation in *Syria Palaestina*. It addresses the demography and landscape of the region with the objective of demonstrating the intersection of external forces and internal forces that defined the fields of action in this interrelationship. It argues that proper Roman imperial administration, the organization of a network of orderly roads and an efficient traffic system allowed both military mobility and the formation of strategies for supplying, communicating and controlling the region by the population. It emphasizes categories of analysis, such as power, hegemony, domination, and resistance, stating that the formation of spaces is inherent in the understanding of the concept of space, the sphere of simultaneity, co-forming the social and power relations. States that the category of negotiation, in this sense, is what fosters spaces, feeds material practices, subsidizes identities, produces and mediates power. Finally, this paper points out to the importance of social contextuality, of archaeological contexts and of the contexts of discourse production, to approaches that privilege the perception of the different ideological conditions and contradictions inherent in social and material interactions in contact.

Keywords: Iudea Capta; Syria Palestina; Classical Archaeology

A região do Oriente Antigo, durante aproximadamente oito séculos se viu dividida entre as influências Grega e Romana, em sua porção ocidental, e as do Império Parta e Persa Arsácida, em sua porção oriental. Se por um lado, como bem observa Kennedy (1999), é problemático apresentar a denominação de “Oriente Médio” ou “Oriente Próximo” para a região em questão, pois além de ser um termo muito amplo, suscita ainda uma série de confusões e ideias pré-concebidas. Por outro lado, o termo é válido na medida em que associa a si também a prática da “Arqueologia Greco-Romana na região

como subdisciplina, estabelecida desde muito tempo como Arqueologia do Oriente Médio, apesar de seu amplo escopo geográfico”¹.

A região foi palco de intenso fluxo de pessoas e culturas, passando por diferentes períodos de hegemonia. Durante os processos de expansão e delimitação de fronteiras geográficas e culturais, inúmeras cidades foram fundadas, distintas instituições criadas, imigrações, línguas e culturas estiveram em interação nas mais diversas áreas dessa ampla região. A importância dessa ampla região para o Império romano, portanto, se dava em termos econômicos, culturais e estratégicos. O assédio romano à região e a manutenção das áreas sob seu controle necessitaram constante atenção de Roma.

A conquista imperialista romana se consolidou sucessivamente no quadro das campanhas no Oriente, conduzidas por Silla, Lucullo e Pompeu, este último quem assegurou a presença romana em 62-63 aec. Nesse processo de anexação imperialista, os reinos de Galácia (Commagene), Emesa, Nabatania e a Judéia foram progressivamente desaparecendo. Sergio Tufi (2000) afirma que “a realidade política mais relevante com que Roma entrou em contato nesta área tão significativa do Oriente Antigo foi a grande dinastia helenística dos Selêucidas, que foi fundada por Selêuco Nicator I (301-281 aec.) em uma área que compreendia também a parte da Ásia Menor”².

Os governantes adquiriram outras funções e poderes, adaptando-se às novas realidades que se impuseram pelo domínio romano. A eliminação dos estados clientes do oeste do Eufrates e o reforço do poder imperial nos governos locais foram processos concomitantes à presença do próprio imperador na região. Paulatinamente, o Oriente Antigo concebeu a figura do imperador e os aparatos de seu governo como uma realidade presente. A ofensiva do Império Sassânida Persa, que substituiu o Império Parta na região, trouxe propriamente os imperadores romanos à defesa dos territórios ocupados. A Pártia localizava-se ao norte da Pérsia, onde hoje é o nordeste do Irã. Formada por uma dinastia iraniana que houvera se instalado em período helenístico, declararam-se independentes dos selêucidas. Lograram tal êxito somente após a ascensão de Mitrídates I ao trono, em 170 aec. A partir desse período, anexaram muitas regiões, chegando à Babilônia, incorporando finalmente os domínios selêucidas a leste do Eufrates quarenta anos depois de sua investida inicial.

¹ Kennedy 1999: 78-83.

² Tufi 2000: 323.

No século 2º ec., Trajano, Adriano, Lúcio, Verus, Marco Aurélio, Septímio Severo e até mesmo os usurpadores Avidius Cassius e Pescinnius Níger, estiveram pessoalmente acompanhando os desdobramentos da presença romana no Oriente. E da mesma forma se sucedeu nos séculos seguintes, nomeadamente o 3º e 4º séculos ec. Por mais de dois séculos o embate entre romanos e partas foi uma constante nessa região. Inicialmente o Império Parta infligiu aos romanos sérias derrotas e estes só conseguiram se recuperar aproveitando-se das instabilidades e desuniões políticas posteriores. Foi dessa forma que os romanos chegaram a Ctesifonte – capital do império – com Trajano em 115 ec, e em seguida com Marco Aurélio (165 ec), Septímio Severo (198 ec) e, finalmente, Caracala (216 ec), assegurando definitivamente a presença romana no Oriente Antigo. O Império Parta chegou a seu fim após a rebelião do vassalo rei persa Ardacher, que se conclamou descendente dos aquemênidas, e destronou o rei parta Artabano IV, dando origem a dinastia dos sassânidas em 224 ec. A Pérsia sassânida organizou-se como um Estado altamente centralizado, em franca oposição à dinastia anterior. O embate contra os romanos perdurou e os sassânidas chegaram até mesmo a lograr a captura do imperador Valeriano, em 260 ec.

A dinamicidade da região ainda contava com reinos de menor ascensão imperialista. A Galácia foi um pequeno reino limitado a leste pela Capadócia, a norte pela Bitínia e Ponto, e a oeste pela Panfília, num planalto entre os montes da Paflagônia e o Tauros. Procuraram aliança com o selúcida Antioco IV para resistir aos romanos, sendo que um século mais tarde, aliaram-se à campanha de Pompeu contra Mitrídates, de Ponto (73-64 aec.) durante uma das consolidações da presença romana no Oriente Antigo. Por volta de 25 aec., portanto, todo esse território foi transformado na província da Galácia, sob administração de um *propraetor* (governador) romano. A Nabatania foi outro reino em interação na amálgama cultural da região. A zona a sudoeste do Mar Morto serviu de base para a instalação de um povo voltado ao comércio e transporte de especiarias, incenso, mirra e plantas aromáticas. Situada no cruzamento de grandes estradas entre a Síria e o Mar Vermelho, Arábia e Golfo Pérsico, Índia e Mediterrâneo, a cidade de Petra serviu como entreposto cultural e comercial aos nabateus.

No decorrer dos 3º e 2º séculos aec, os nabateus participaram ativamente das relações de poder e controle do Oriente Médio. Obadas I infligiu a Alexandre Janeu, rei judeu, a derrota em Golã que lhe valeu os territórios de Gilead e Moab. Oito anos mais tarde foi a vez do rei sírio Antíoco XII experimentar o revés no deserto do Neguev. A expansão dos nabateus entre

os anos de 84-62 aec. se estendeu desde o norte da Arábia, no Sinai, até Damasco. Após a morte de seu líder mais proeminente, Marco Antônio lhes concedeu alguns territórios na Panfília, Licaónia e Cilícia, zona oriental da Frígia e Isauria. A população nessa região era, portanto, miscigenada entre imigrantes gauleses (gálatas), anatólios e gregos, preponderantemente. Durante a campanha de Pompeu, os nabateus foram incorporados à Província da Síria, e em 106 ec., sob as ordens de Trajano a Nabatéia foi transformada em província romana da Arábia.

Na área de Emesa floresceu a cultura helenística e a língua aramaica preponderou nas regiões orientais como língua franca dos nativos. Sob Caracala Emesa foi elevada a capital de uma pequena província, a *Phoenicia Libanesis* ou *ad Libanum*. Além do local de nascimento do ascendente imperador oriental Heliogábalo, um pastor hereditário, Emesa também serviu de quartel-general do imperador Aureliano durante o conflito contra Palmira.

A eliminação, portanto, destes quatro grandes estados nativos foi significativa no estabelecimento das relações beligerantes e imperialistas romanas na região. É necessário considerar, como bem observa Mattingly (1997), que “se essas experiências (passadas) foram inteiramente aleatórias e sujeitas a uma variação infinita de possibilidades”, então, podemos dizer que o estudo das alietoriedades e das divergentes perspectivas contextuais seria um exercício crítico a ser observado sobre a diversidade dos comportamentos humanos, auxiliando a compreender, em partes, uma série de discursos em sociedade³. Assim, nenhum desses Estados nativos foram vítimas passivas das ações romanas, todos, em certo grau e medida, estabeleceram processos complexos de negociação e resiliência com o poder imperial, produzindo uma diversidade de ações e discursos em sociedade.

Iudaea Capta e as tradições culturais da Palaestina Romana

A Judéia se tornou independente do controle do reino selêucida da Síria em 142 aec através da dinastia dos Asmoneus. Contudo, em 63 aec, Pompeu anexou a região ao Império romano. Hircano II, apoiando Pompeu, recebeu a confirmação como sumo-sacerdote e o título de “etnarca”, líder do povo, lhe foi outorgado. Ao mesmo tempo em que confirmou a nomeação de Hircano, César designou Antípater ao cargo de *Procurator Augusti* da *Iudaea*. Pompeu dividiu a região em duas partes: uma ao sul

³ Mattingly 1997: 13

que abarcava parte da Judéia, a Iduméia, e a Pereia; e outra ao norte, abrangendo a Samaria e a região da Galileia. Na Judéia, a relação com o reino selêucida da Síria e sua respectiva helenização foi motivo de revolta armada e em 142 aec o reino de Israel se tornou independente da Síria. Os romanos acompanharam o mesmo sistema de domínio selêucida, o regime de patronato e aproximação com as casas mais influentes das elites locais, funcionaram como verdadeiros mecanismos de acesso à lógica regional e grau de interação e controle das casas reinantes.

Na verdade, nesse período inicial de implantação imperialista, Roma contava mais com o auxílio dos exércitos de seus clientes do que propriamente com suas próprias legiões, fenômeno mais presente ao longo do tempo nos territórios conquistados. Para a Judéia, o que emergiu além da relação de patronato, foi uma situação em que o governante local controlava uma pequena área e contava com um poderoso exército. Quando havia conflito com o poder local as legiões romanas vinham de outras partes do Império para assegurar o controle e poder romano no Oriente Antigo. Herodes, idumeu e genro de Hircano, aproveitando-se da relação de patronato com o imperador Marco Antonio, após alguns percalços para chegar a Roma, foi elevado à condição de rei da Judéia, e a *Iudaea* recebeu o título de Estado confederado. Herodes, o Grande, filho de Antípater foi homem de confiança de Pompeu, de Cesar e de Crasso nesta área conturbada do domínio romano⁴.

Apesar da autonomia nos assuntos internos, Herodes frequentemente buscou a relação de patronagem com o imperador enquanto esteve no poder. Como observa Kennedy (1999), a participação dos governantes nativos no conselho do imperador não variava somente de dinastia para dinastia, ou de imperador para imperador; antes estava sujeita também à vulnerabilidade defensiva de cada Estado e o preço pago em tributos a Roma⁵. A sucessão dinástica de Herodes não usufruiu das mesmas relações de patronagem. Arquelau (4-6 ce.), não repetiu as mesmas hábeis escolhas de seu antecessor e logo foi substituído por um *Procurator Augusti*, subordinado ao governador romano da Síria. Herodes Antipas, por outro lado, se manteve como soberano da Galileia durante trinta e três anos, sendo que após seu período, a administração foi designada novamente aos procuradores romanos. Concentrando os poderes civil, militar e jurídico, os governantes romanos

⁴ Tufi 2000: 339-340.

⁵ Kennedy 1999:80.

residiam comumente em *Caesarea Maritima*, na Planície do Sharon, mas em épocas de festas religiosas se transferiam para Jerusalém.

Até o ano 41 ec., a Judéia, Samaria e a Iduméia foram administradas por distintos procuradores romanos. Ainda no primeiro ano destas mudanças foi estabelecido o censo de Quirino que resultou na imposição de uma taxa *per capita* sobre a população de toda a *Iudaea*. As taxações e opressões fiscais teriam sido um dos principais motivos das revoltas judaicas, relegando a maior parte da população à pobreza generalizada. Calígula, em seu governo (37-41 ec.), interferiu diretamente na religião da população e procurou substituir o culto judaico a יהוה (grego: τετραγράμματον, transliterado, YHWH) pelo seu próprio culto, instalando uma estátua a sua semelhança em Jerusalém com o objetivo de fortalecer o culto ao imperador. A combinação de elementos simbólicos, econômicos e culturais alimentou a rejeição ao domínio romano.

A *Iudaea* foi agregada como província tardiamente (44 ec.), a tensão desse outrora reino manteve-se todavia elevada, essencialmente por causa do mau governo dos magistrados romanos e da altivez do povo de Israel na tentativa de defender suas próprias tradições. A Primeira Guerra Judaico-Romana (latim: *Primum Iudæorum Romani Bellum*), também conhecida como a Grande Revolta Judaica (hebraico: לודגה דרמה, ha-Mered Ha-Gadol), terminou com a vitória de Tito, em 70 ec, com a conquista de Jerusalém e a definitiva destruição do Templo de Israel. A Segunda Guerra Judaico-Romana (em hebraico: מרד דרמה, mered ha'galoyot, ou “Rebelião do Exílio”), também chamada de “Guerra de Kitos”, uma corruptela do nome do General romano Lúcio Quieto⁶, explode com Adriano (fig. 1), quando este imperador começa a transformação e reconstrução de Jerusalém sob nova designação e religião oficial⁷, Colônia Élia Capitolina (latim: *Colonia Aelia Capitolina*).

Ainda entre os anos de 132-135 ec. um terceiro conflito ainda foi vivenciado. A chamada Revolta de Bar Kokhba (nome que recebeu por seu principal expoente, Simão Bar-Kosba, em hebraico, אבכוכ רב וועמש) foi vencida por Severo e sob as ordens de Adriano a paisagem da *Iudaea* foi intencionalmente transformada. Adriano conseguiu prevalecer e na esplanada do Templo de Jerusalém foram colocadas as estátuas de Júpiter e do próprio imperador, assegurando seu culto e prestígio. A revolta encabeçada por

⁶ *Quintus Lusius Quietus*, (70–118 ec.), conhecido como “Príncipe Mouro”, de origem berbere, norte da África, foi nomeado por Trajano para conter os levantes na região. Foi, posteriormente, executado por Adriano temeroso de que Lusius fosse aclamado pelas tropas como imperador.

⁷ Edwards 2004: 1-6.

Simão Bar-Kosba resultou, portanto, numa diminuição demográfica em toda *Iudaea* e com o passar do tempo, a região foi se recuperando dos efeitos causados por esses acontecimentos. Apesar da violenta repressão, opressão fiscal e choque cultural, é no período romano que as cidades da região tornaram-se mais numerosas, maiores e prósperas. Os confrontos nunca foram eliminados por completo, tampouco as revoltas judaicas foram as únicas na região. Entretanto, a ação romana no Oriente Médio foi decisiva e assertiva nesses casos, tornando essas insurreições mais raras.



Fig. 1 - Busto do Imperador Adriano no Museu de Israel, Jerusalém. Conhecido nas fontes religiosas judaicas do período como “o moedor de ossos”, foi encontrada em 1975 no que acabou por ser o campo da Sexta Legião Romana em Tel Shalem, perto de Bet She’an, norte de Israel. Somente três bustos do imperador em bronze sobreviveram até nossos dias. Um foi encontrado no Rio Tamisa, Londres, em 1834, pertence ao Museu Britânico. O outro foi encontrado num mercado de antiguidades e está no Museu do Louvre, em Paris. Acredita-se que tenha vindo do Egito ou Ásia Menor.

Sumariamente, a demografia e a paisagem da região foi afetada pelos conflitos de anexação. Em 66 ec., duas legiões com oito esquadrões de cavalaria, sob o comando de Vespasiano foram designadas para o combate aos judeus rebeldes e o restabelecimento da ordem na região. Durante a guerra Vespasiano tornou-se patrono de Flávio Josefo, um dos principais líderes intelectuais da resistência judaica. Num curto intervalo de tempo, entre os anos de 115-117 ec., eclodiu o segundo conflito e a partir de 135 ec. a província passou a ser designada como *Syria Palaestina* e os judeus foram proibidos de entrar na cidade por um período, bem como expulsos dessa província romana de maneira geral. Contudo, um número significativo da população permaneceu na região e adaptou-se ao novo contexto de controle estabelecido. Moedas comemorativas representando a Judéia capturada foram cunhadas, especialmente por Vespasiano, demonstrando o triunfalismo e controle da região (fig. 2).



Fig. 2 - Moedas cunhadas com o triunfalismo romano sobre a província da Iudaea. Cortesia do Israel Antiquity Authorities.

Atualmente três moedas da série cunhada “*Iudaea Capta*” que estão em exposição no Museu da Bíblia em Washington, DC, fornecem testemunho da ostensiva presença dos romanos no Oriente Médio (fig. 2). Essa série de três moedas é, assim, apresentada: a primeira (52066), moeda de Vespasiano, um denário de prata 69-79 ec. Tipo *Iudaea Capta*. Anverso: busto de Vespasiano laureado virado para a direita. Legenda: IMP CAESAR VESPASIANVS

AVG (“Imperador Cesar Vespasiano Augusto”). Reverso: A representação da *Iudaea* sentada à direita, cabeça apoiada na atitude de luto; atrás à esquerda, troféu de armas. Legenda no exergo: IVDAEA. Fonte: RIC 2; Hendin 1479; BN 23-5; BMC 36-7; RSC 226. A segunda (**50633**), moeda de Tito. Denário de prata 79-81 ec., tipo *Iudaea Capta*. Anverso: Busto de Tito laureado virado para a direita. Legenda: AYTOKP TITOΣ KAIΣAP (“Imperador Titus Cesar”). Reverso: Troféu de armas. À esquerda, abaixo, a *Iudaea* ajoelhada, lamentando-se, à esquerda, com suas mãos amarradas para trás. À direita, abaixo, escudo romano. Legenda IOYΔΑΙΑ ΕΑΛΩΚΥΙΑΣ (“Selêucidas na Judéia”). Fonte: Hendin 1449; RPC 2313. A terceira moeda (**50639**), também de Tito. Denário de prata 79-81 ec., tipo *Iudaea Capta*. Anverso: Busto de Tito laureado virado para a direita. Legenda: AYTOKP TITOΣ KAIΣAP (“Imperador Titus Cesar”). Reverso: Nike (Vitória) em pé à direita com pé descansando sobre capacete, escrevendo em escudo que está apoiado em uma palmeira. Legenda: IOYΔΑΙΑ ΕΑΛΩΚΥΙΑΣ (“Selêucidas na Judéia”). Fonte: RPC II 2311; Meshorer 381; Hendin 1446.

Vale salientar, as representações da *Iudaea* rendida e dominada, bem como os símbolos romanos de triunfo como o escudo, o capacete, e o troféu de armas na série cunhada. É interessante também notar a referência que o poder romano faz “aos selêucidas na Júdeia”, batida em Grego. A associação com as elites locais dominantes faz referência aos judeus indígenas subjugados pelos selêucidas, ou os “sírios” locais. Tenha-se em mente que o termo “sírios” tem um significado mais matizado, dado o domínio selêucida durante o 2º século aec. sobre essa parte do Oriente Médio.

As estimativas populacionais apresentadas por Flavio Josefo para a ocupação da Judéia por certo são exageradas. Ele aponta ser possível, em alguns momentos festivos, somente em Jerusalém, reunir-se um total de 2 milhões e setecentas mil pessoas (7:422-426). E que a perda dos contingentes judaicos chegaram a 1 milhão e 100 mil (6:420) no processo entre as guerras. Contudo, segundo as estimativas de Byatt (1973: 55), os habitantes de Jerusalém não passariam de 1 milhão⁸, por consequência, as perdas judaicas não chegariam ao valor estimado por Josefo. O autor sugere que toda a *Palaestina* contava com um índice populacional de aproximadamente 3 milhões de habitantes. A revisão de Broshi (1980) das áreas ocupadas aplicou resultados mais modestos (tabela 1), na casa dos 514.000. Há que

⁸ Byatt 1973: 55. Byatt propõe essa estimativa baseando-se nos estudos de Condor, Mazar, Avi-Yonah, Daniel-Rops, MacCown.

se dizer que tanto o modelo historiográfico helenístico (no qual para mostrar a grandeza de uma vitória, elevam-se as virtudes dos opositores), quanto a representação do coeficiente populacional de forma alegórica e tipológica (“sessenta miríades”, por exemplo), tem papel relevante nessa forma de expressar a quantidade das populações subjugadas.

Cidade	Área	Pesquisador da área	Estimativa de Broschi
Aelia Capitolina (Jerusalém)	120 hec	M. Broschi (1978)	48.000
Anthedon	90	I. Goldrat	36.000
Antipatris	12	M. Kochavi	4.800
Apolônia	9 (?)	I. Roll; O. Tal	3.600
Ascalon	52	J. Gastang	20.800
Azotos	12 (?)	M. Dothan	4.800
Azotos Paralius	40	R. Gophna	16.000
Avdat (Oboda, ‘Abdeh)	8	-	1.500
Caesarea Maritima	95	M. Avi-Yonah	38.000
Diocaesarea (Sepphoris)	60	A. Siegelmann	24.000
Diospolis (Lydda)	10	R. Gohna	4.000
Dora	8	M. Prausnitz	3.200
Eleutheropolis (Bet Guvrin)	30	A. Kloner	12.000
Gabaa	9 (?)	-	3.600
Gaza	90	I. Gophna	36.000
Halusa (Elusa, Halasah)	35 ou 25	M. Broschi	10.000
Jamnia	50	R. Gophna	20.000
Jamnitarum-Portus	10	R. Gophna	4.000
Jope - Yafo	4	J. Kplan	1.600
Kurnub (Mampsis)	4	M. Broschi	1.500
Legio	100	M. Prausnitz	40.000
Maiumas Gaza	30	Goldrat	12.000
Neapolis (Shechem)	30	Z. Safrai	12.000
Nicopolis (Emmaus)	40	I. Hirschfeld	16.000
Nissana (Nessana, ‘Auja el Hafir)	15 - 18	M. Broschi	3.000
Ptolemais (Acre)	100	M. Prausnitz	40.000
Raphia	12	E. Oren	4.800
Rehovot (Ruheibeh)	12	M. Broschi	4.000
Scythopolis (Beth Sean)	110	C.R. Conder; H.H. Kitchener	40.000
Sebaste (Samaria)	77	J.W. Crowfoot	30.800
Shivta (Sbeita)	11.5	M. Broschi	2.000
Tiberiades	40	G. Foerster	16.000
		TOTAL:	514.000

Tabela 1 - Estimativa de Broschi (1980) baseado em 400-500 pessoas por hectare, levando em conta fatores como o suprimento de água.

Embora eventuais críticas possam ser feitas às projeções elaboradas por Broshi, aquilo que nos serve aqui é que a população em período Romano Tardio em toda a *Palaestina* romana não deveria ultrapassar 1 milhão de pessoas em seu total. Evidentemente que os contingentes populacionais não são estáticos e os índices de picos e depressões são significativos no tamanho de uma dada população. Contudo, devemos ponderar que a reestruturação das cidades com melhorias na captação de água potável, organização e eliminação de resíduos, assim como a “estabilidade” do período pós-guerras (devemos crer) propiciaram as condições para o futuro aumento populacional do período bizantino, ou pelo menos limitaram o déficit populacional das guerras. Além disso, é justo aceitar que as populações urbanas e seus assentamentos cresceram nos dois primeiros séculos da Era Comum, mesmo com os resquícios das situações conturbadas e beligerantes relações na região⁹.

Segundo Israel Roll (1996), fazia parte dos elementos básicos de uma adequada administração imperial romana, a organização de uma rede de estradas ordenadas e um sistema de tráfego eficiente. Dessa forma, seriam atendidas tanto as necessidades de mobilidade militar, bem como as estratégias de suprimento e comunicação para o controle da região¹⁰. As rotas recebiam o estatuto jurídico de *viae publicae*, servindo ao *cursus publicus*, atendendo, assim, à administração romana. A construção de uma estrada romana envolvia desde o processo de traçado, nivelamento e desaterro, até o preenchimento do tálamo, pavimentação e contenção da superfície. Em alguns casos eram construídos diques, muros de contenção e pontes, segundo a necessidade do terreno. Somente após esse processo, a rota poderia receber o estatuto de *via publica*.

Ao longo das vias, diversos marcos (milestones) eram colocados com o objetivo de informar as distâncias e o nome da *caput viae*, ou seja, a cidade (ou acampamento militar) destino final da via. Os marcos eram colocados em grupos de dez ou mais num intervalo de uma milha romana - os *mille passus*, que seriam mil passos duplos – correspondendo a 1.482m. Ao que parece, na parte oriental do império foi usada a milha Philetherian, também conhecida como

⁹ Kennedy 1999: 92.

¹⁰ Roll 1996: 550.

milha egípcia, que correspondia a 1.575m. Entretanto, as medidas encontradas em Israel, entre a terceira e quarta estação, na via que ligava Eleuterópolis a Hebrom, foram medidas em 1.635m e no caso de Jafa (Yafo), chegou a 2.100m. Portanto, não correspondendo a uma medida estritamente fidedigna para o intervalo dos marcos estipulado. As informações contidas eram: primeiro em latim, incluía o nome e título do governante romano que estava no poder e a época de construção ou reparação da via; em seguida vinha a língua nativa, mas no caso da *Iudaea* e *Syria Palaestina* foi o grego, contendo o nome e distância da maior cidade onde a estrada começava ou para onde ela se direcionava. A rede de marcos constituía fundamental referencial e cobria toda a província, podendo ser usada por civis e militares em suas viagens.

Com o objetivo de orientar os usuários em viagens oficiais, a *Tabula Peutingeriana* (fig. 3) é ainda hoje um dos únicos itens cartográficos, pertencente à classe dos *picta itineraria*, que mostra a rede de vias oficiais do Império romano na região. Obviamente, ela não representa a totalidade das rotas utilizadas. Porém, além das vias oficiais, acaba por fornecer - no cruzamento dos nomes das cidades mencionadas - a datação relativa posterior a 135 ec. para a representação do mapa¹¹. Assim, representa as vias mais utilizadas pelo tráfego oficial nas províncias da *Palaestina* e Arabia. Essa referência e a constatação de um grupo de mais de cinquenta marcos com a datação de 162 ec., ao longo das principais vias das duas províncias, nos permite inferir que a partir da segunda metade do 2º século ec e durante as primeiras décadas do 3º século ec, a região também atingiu seu maior desenvolvimento no sistema viário, com mais de 2.500 milhas romanas de estradas.

¹¹ A menção das cidades de Luddis, Amavante e Betogabri se dá em período pré-severiano, quando a partir de 135 ec. as mesmas cidades são renomeadas, respectivamente, como Dióspolis, Nicópolis e Eleuterópolis. Atualmente trata-se de Lida, Emaús e Beit Guvrin. O mesmo caso da mudança de nome de Jerusalém para Aelia Capitolina.



Fig. 3 - *Tabula Peutingeriana* com destaque para Jerusalém “Aelia Capitolina”.

Embora muitos caminhos usados pelos romanos na construção de suas estradas já fossem utilizados desde os períodos anteriores, a organização de um sistema de vias de tráfego regional projetado em larga escala é fruto do período romano de ocupação. Orientado pelos quatro pontos cardeais, o sistema contava com um alinhamento longitudinal de vias norte-sul e transversal leste-oeste cobrindo a extensão das províncias (fig. 4). Nesse contexto de estruturação romana, Cesareia Marítima desempenhou importante papel como *caput viae* e para ela convergiam nada menos do que sete *viae publicae*. As instalações portuárias sofisticadas e o planejamento da cidade, atendendo às necessidades básicas romanas, fizeram com que a cidade figurasse como quartel general do governador romano e seu executivo. As prioridades de comunicação, transporte e suprimentos entre Cesareia Marítima e cidades vizinhas, como Apolônia (Tel Arsuf) e Jafa (Yafa), assim como os acampamentos militares implantados na região, foram contingências não negligenciadas. Desde Jafa, Antipátrida, Neápolis, Samaria, passando por Legio e Acre (Ptolemais), cada uma dessas cidades contava com uma *via publica* que a conectava diretamente com Cesareia Marítima, contribuindo no desenvolvimento da localidade e da região.

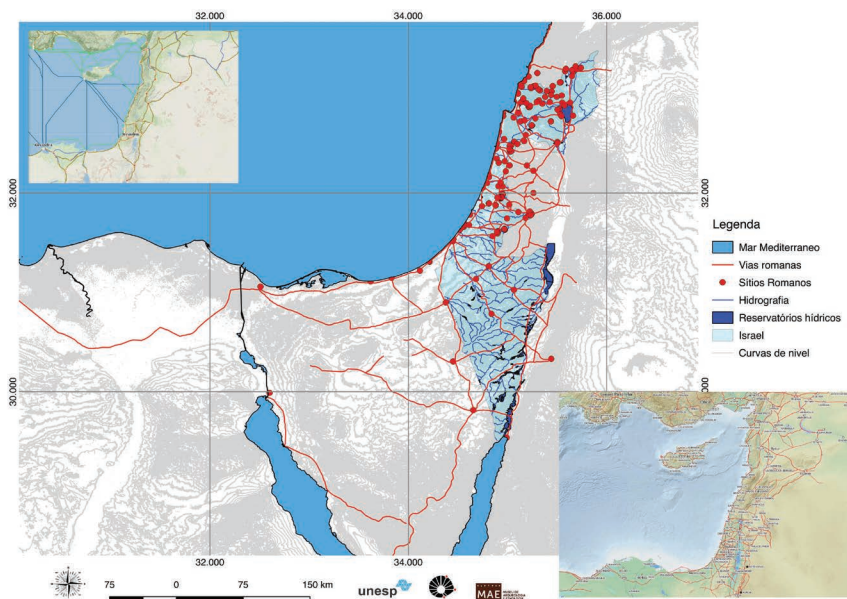


Fig. 4 - Mapa das principais vias romanas na Iudaea - Palaestina romana

Ao que parece, a partir da metade final do 2º século ec. até o 4º século ec., houve um processo de crescimento e urbanização dos assentamentos em toda a *Palaestina*. A Planície do Sharon Sul parece ter experimentado especialmente a expansão de assentamentos e maior urbanização. Somente em Apolônia, distante 22 milhas (35.40557km) de Caesarea Marítima, em um raio de 10km foram relacionados outros 22 assentamentos. A associação da urbanização regional com a presença romana e o deslocamento das populações é também evidenciada pela presença de material arqueológico relacionado a judeus, cristãos e samaritanos na localidade¹² e região. Observando Apolônia e Kfar Saba, existem referenciais arqueológicos e fontes históricas que demonstram a elevada presença de assentamentos onde os samaritanos viveram. O processo de assentamento dos samaritanos no Sharon sul começou no período romano e alcançou seu ápice no período bizantino. A impressão é de que os samaritanos foram o principal fator étnico na oscilação de assentamentos que vieram a florescer no Sharon sul nesse

¹² Roll e Ayalon 1990: 194.

período¹³. Por similar processo de crescimento e urbanização teriam passado Tirra, em que num raio de 5km constata-se cinco assentamentos próximos e Kfar Saba em que num raio de 6km notam-se 14 assentamentos. Em Tel Qasile, num raio de 5km estão associados 11 assentamentos, e de forma especial, Antipátrida teria passado por uma grande reconstrução, recebendo edifícios, possivelmente um *tetrapilum* e *decumanus*, fôruns, um pequeno teatro e muitos pisos mosaicos, datados da metade final do 2º século ec.

Nesse sentido, é possível perceber que cada microrregião foi em si resultado da intersecção de forças externas e de forças internas que definiram os campos de ação nesse inter-fluxo de relações, assim como as tradições culturais e os agentes sociais envolvidos no avanço imperialista romano no Oriente Médio tiveram que adaptar-se ao processo de interação acumulativa. Como aponta o paradigma kuhniano (Kuhn 1996)¹⁴ e confirma os enunciados de Foucault (2007), as forças desse interfluxo de relações não se concentram num lugar determinado; antes, estão espalhadas em diferentes pontos no tempo e no espaço. A criação de uma rede de comunicação regional integrada, como pode ser definido o plano viário romano e a maior urbanização da região foram fatores de peso nesse jogo de relações para o estabelecimento hegemônico, controle e exercício do poder romano. Porém, não os únicos¹⁵. Entretanto, especialmente como postulam Horden e Purcell (2000), as estradas não são apenas “coisas em si” ou as vilas e cidades “pontos fixos no espaço”; antes, as estradas, enquanto linhas potenciais de movimento e intersecção, e as vilas e cidades, como lugares significativos para a promoção do contato e o estabelecimento de referências de coletividade, são lugares e espaços onde as relações de troca acontecem, promovendo a oportunidade para uma série de desdobramentos em sociedade¹⁶.

¹³ Roll e Ayalon: 1988: 34-43.

¹⁴ A contribuição de Tomaz Kuhn (1923-1996), diz respeito à construção do conhecimento considerada como um processo social, sendo caracterizada levando em conta sua complexidade aliada a grande “inventividade” desse tipo de atividade. A existência de mudança conjugada a muitas controvérsias é o indício que define as revoluções. A forma descontinua através da qual acontece a mudança caracteriza a própria ação e mudança em si. Nesse sentido os paradigmas vem à tona e são entendidos no processo social.

¹⁵ Entre as ações humanas numa dada paisagem tem papel relevante os fatores geográficos naturais (relevo, tipo de solo e rocha, fontes de água, clima, vegetação) os fatores geográficos humanos (a distribuição e a densidade da população); os fatores econômicos, fatores geopolíticos (média de tráfego e a tecnologia), entre outras relações de significado simbólico que podem ser citados.

¹⁶ Horden e Purcell 2000: 90.

Poder, hegemonia, dominação e resistência

Tratar dos conceitos de poder, hegemonia, dominação e resistência não é uma tarefa das mais simples, primeiramente porque em diferentes níveis e escalas eles se perpassam e muitas vezes são confundidos dentro de um único pacote de entendimento. Em segundo lugar, a dificuldade parte do conceito fundamental do que se trata o poder e quais as relações estabelecidas dentro e a partir de sua mecânica. Embora pareça estranho a alguns e óbvio a outros, é necessário que essa constatação inicial seja feita, de modo a evidenciar a concretude própria do poder e sua fecundidade enquanto campo de análise, com o objetivo de dar conta das mecânicas que até então tinham ficado à margem do campo de análise da política de relações humanas.

Mas o que de fato é poder? Para um esboço incipiente do que venha a ser definido aqui como poder, é pertinente lançar mão de uma primeira assertiva básica e necessária, aquela que diz que o poder é uma “coisa”. Foucault se refere ao poder como “esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder”¹⁷. Poder é um exercício, portanto. Ele funciona em cadeia e em rede está disperso por todo o tecido social. Está presente em distintas redes de dominação que se recobrem, se amparam e interferem umas nas outras. Dessa forma não existe poder *per se*, enquanto propriedade; existe, sim, práticas e relações de poder, onde se ele efetua, onde funciona, onde se exerce. Ninguém é, portanto, titular único e exclusivo do poder, da mesma forma que não existem aqueles que têm poder e aqueles que não o têm. Logicamente que nesses movimentos das redes de poder ninguém ocupa o mesmo lugar; algumas posições são preponderantes, permitindo produzir efeitos de supremacia e/ou hegemonia. Assegurando, assim, uma dominação na medida em que o poder fica dissociado dos domínios individuais e restrito a determinadas redes acumulativas.

Entretanto, o indivíduo não é um dado sobre o qual o poder se abate, é portador de agência e retém poder na relação de contato; aí sim, no movimento casual e das contingências, na polissemia, nos desejos e nas forças em interação o poder se exerce. Foucault (2007) salienta que o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. Efetivamente, um dos primeiros

¹⁷ Foucault 2007: 44-90.

efeitos de poder são os corpos, gestos, discursos e desejos que constituem a representação das individualidades nas sociedades¹⁸.

Com esse encaminhamento, o poder é em si ativação e desdobramento de uma relação de força. É sobre essa base que Foucault lança a hipótese das estruturas disciplinadoras, que cumprem a função de gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações, objetivando o aproveitamento elevado de suas potencialidades através de um sistema de aperfeiçoamento contínuo de suas capacidades. Seguindo essas premissas, ele propõe analisar o poder enquanto combate, confronto e guerra, afirmando que não é o “grande modelo da língua e dos signos, nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação)” que poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A “dialética” seria uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a “semiologia” uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo”¹⁹.

Nos sistemas classificatórios e estruturas disciplinadoras poderíamos incluir os traços comuns: a) das noções hierarquizadas dispostas que os grupos mantêm entre si, definidas num conjunto que compõem um todo num dado momento; b) a constituição dos instrumentos de comunicação e conhecimento pelos quais a sociedade confere um sentido à organização social mais ampla em que se insere, ou seja, a forma de se fazer compreender e tornar-se inteligível nas relações existentes entre os agentes sociais; c) as condições sociais das quais ambos dependem, pois as relações sociais entre os agentes servem de base e modelo para as relações lógicas entre as coisas experienciadas²⁰.

Porém, nem todas essas relações são tão cristalinas e facilmente assimiladas. De forma que sem as relações de signos, símbolos e sentidos não seria viável o exercício do poder, inclusive o bélico. Se por um lado as observações de Foucault são bem empregadas para o sentido das micro-relações de poder e sua disseminação no tecido social, por outro, a crítica que o autor recebe de Tracy Sweely (2001) é pertinente quando a autora afirma que tanto nos escritos de Marx, Weber, quanto nos do próprio Foucault, o

¹⁸ Foucault 2007: 103.

¹⁹ Foucault 2007: 6.

²⁰ Bourdieu 2002: XIX.

foco principal está nas formas institucionais, relegando demasiado papel a elas enquanto formadoras da individualidade.

Essa conotação cria uma grande diferença entre as estruturas ideológicas – estando incluídas aqui as estruturas sociais, políticas e econômicas – e os indivíduos reais que interagem dentro delas. Nesse sentido, Foucault quando prioriza os sujeitos como produtos das instituições disciplinadoras incide sobre o mesmo paradigma que se opõe, ao invés do contrário. Sweely procura apresentar, portanto, outro paradigma interpretativo para essas relações de poder. Discordando francamente da afirmação de que a linguagem e as estruturas de significado não nos dominam, ela apresenta o referencial de Bakhtin para suporte de suas proposições²¹. Nesse paradigma é a consciência individual (força centrífuga da variação) e a improvisação em qualquer interação específica que tem maior peso sobre o conjunto de regras em sociedade (as chamadas forças centrípetas)²² do que, propriamente, as estruturas disciplinadoras.

Apesar das divisões administrativas romanas, a região *Iudaea* e *Palaestina* continuou a ser uma unidade geográfica e histórica por um período que pode ser considerado em 350 anos. Após o reinado dos Asmoneus, o Império Romano passou a controlar a região com interrupções periódicas. Além disso, durante o quarto século, essa província romana mudou outra vez sua denominação administrativa, sendo dividida em *Palaestina Prima* e *Palaestina Secunda* e dentre os principais fatores para a mudança administrativa esteve o surgimento de nova tradição cultural, o Cristianismo, oriundo do Judaísmo e da confluência com o Samaritanismo, Paganismo e cultos às divindades orientais²³.

Quando Ruth Troccoli (2001) tentou conceituar a noção de poder, a autora discorreu sobre aquilo que chamou de um *continuum* baseado em circunstâncias. Numa extremidade estaria a capacidade de ação e/ou autodeterminação individual e na outra ponta desse *continuum* estaria a capacidade de controlar os outros, por meio do consentimento sancionado. Nesse processo de *continuum*, as relações seriam multiescalares, da mesma forma que as hegemonias o são. Pensar, nesse sentido, as relações de poder, hegemonia e dominação sem falar em resistências multiescalares seria uma quimera. De modo geral, “onde existe poder

²¹ Bakhtin 1981 *apud* Sweely 2001: 3.

²² Sweely 2001: 3.

²³ Teixeira-Bastos 2015: 39-65.

e dominação, existe resistência”. A resistência, assim como o poder, é tão invertida, móvel, produtiva e disseminada quanto o próprio poder. Logo, a partir do momento em que há uma relação de poder e dominação, há também uma possibilidade de resistência. Existe nesse *continuum* de circunstâncias constantemente estratégias de escapar das redes de domínio e hegemonia, e é nesses – algumas vezes ínfimos – intervalos nas redes de relações que se engendram, se organizam e se consolidam as resistências.

A negociação e contestação cotidianas de um lugar e região não implicam necessariamente na contestação coletiva e consciente das hegemonias e do controle, como exemplificado pelas revoltas judaicas. Contudo, é na formação de diferenciadas práticas de negociação, resiliência, contestação e resistência cotidiana que as práticas de identidade e poder estão sendo continuamente moldadas, constituídas e transformadas²⁴. Determinado lugar nos modifica, não por uma pertença visceral, mas através da “prática do lugar”, da negociação das trajetórias que ali se intersectam, sendo inerente às relações da alteridade assimiladas ou não.

Em outras palavras, é a linguagem e, por extensão a cultura do lugar, que determinam num dado momento e contexto particular as relações de poder e as tradições a serem estabelecidas ou preservadas. O ponto em que as pessoas concordam em compartilhar uma série de condições ideológicas seria a força que cobre e torna as estruturas sociais (disciplinadoras ou não) secundárias aos indivíduos. A belicosidade seria, então, o limite da “não negociação”. O que faz com que o poder (mesmo o bélico) seja aceite e se mantenha, não é somente sua qualidade de dizer não, reprimir os indivíduos e instintos, ou mesmo controlar regiões, mas o fato de que por permear os indivíduos produz coisas, induz ao prazer, forma saber e fomenta discursos e representações culturais

Essencialmente, os caminhos aos quais o desenvolvimento e/ou a adaptação que determinado grupo social pode (ou deve) percorrer, perpassa sua forma de contato e comunicação. A mobilidade cognitiva sustenta sempre um novo movimento de ideias e a fecundidade de alternativas a seguir é sempre multivariada. Algumas vezes, o movimento pode ser estável e pouco móvel. Em outros casos, intenso e caótico. Entretanto, nunca deixa de existir essa mobilidade conectiva e cognitiva que auxilia a formar um mundo de marcos físicos e mentais, orais e textuais, introspectivos e projetivos, tipológicos e

²⁴ Cohen 1994: 80-99.

analógicos, que está a todo o momento em constituição e transformação²⁵. O espaço, co-formador do tecido social e das relações de poder, portanto, é uma simultaneidade de ‘estórias-até-agora’ em um movimento randômico de contatos entre humanos, governados em extensa medida pela desordem subjacente invisível e aleatoriedade dos eventos. Portanto, é necessário entender o espaço, dessa forma, como a esfera da simultaneidade, em que constantemente conexões e desconexões acontecem por novas chegadas, e constantemente há espera pela determinação seguinte, na indeterminação pela construção das novas relações.

As relações estabelecidas durante o processo de transformação da *Iudaea Capta* e *Syria Palaestina* romana não escapam a esse entendimento. A ideia é que os espaços ocupados foram sendo feitos através desses contatos variados (que decorrem em práticas materiais) com suas respectivas (muitas vezes distintas) temporalidades e tradições culturais. A relação dos contatos pode levar muito tempo ou acontecer em tempos diminutos, sendo contextual por excelência. Igualmente, já que posição/localização é a ordem mínima de diferenciação de elementos na multiplicidade, que é co-formadora do espaço, então, poderíamos fazer a leitura de que a negociação é o que fomenta espaços, alimenta as práticas materiais, subsidia as identidades e medeia o poder.

A Arqueologia tem desempenhado um papel cada vez mais importante na construção e interpretação do passado durante o período de ocupação romana no Oriente Médio. Ela apresenta paradigmas e instrumentos para determinar os tipos de informações que são independentes e diferentes dos textos coloniais, por vezes estrangeiros, abordando as questões da mudança cultural sob outro fundamento²⁶.

Durante a última década, a teoria do Sistema-Mundial (World-System), também conhecida como relação centro-periferia, foi desenvolvida por economistas e historiadores econômicos para conceptualizar as formas de dominação colonial, o próprio colonialismo (e pós-colonialismo). Dentro deste pensamento amplo da teoria de aculturação e do programa de pesquisa norte americano, as relações de poder foram tratadas como um sistema global coerente e foram enfatizadas relações auto-evidentes para as manipulações materiais e as ocupações das paisagens decorrentes do encontro colonial²⁷. Neste sentido, mediante uma concepção estática

²⁵ Massey 2009a: 401-420; 2009b: 248.

²⁶ Funari e Mourad 2016: 19-35; Silberman *et al* 2016

²⁷ Dietler 1998: 288-315; 1999: 478.

e rígida da natureza da cultura, a ideia de sociedades “tradicionais” como unidades ligadas em um processo imutável e uma determinada materialidade foi sendo forjada, porém não parece razoável aceitar tal formulação nestes termos.

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, que funcione dentro e a partir desta dupla exigência²⁸. A resultante, portanto, é a produção de “verdades” e a percepção de condições ideológicas distintas²⁹, contradições inerentes às interações sociais e as formas culturais em contato. A importância dos contextos arqueológicos e dos contextos de produção dos discursos (a contextualidade social), permite distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem esses discursos e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem uns a partir dos outros.

Bibliografia:

- Bourdieu, P. (2002), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Byatt, A. (1973), “Josephus and population numbers in first century Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly* 105: 51-60.
- Broshi, M. (1979), “The Population of Western Palestine in the Roman-Byzantine Period”, *BASOR* 236: 1-10.
- Cohen, A. (1994), *Self Consciousness: an Alternative Anthropology of Identity*. London: Routledge.
- Dietler, M. (1998), “Consumption, Agency, and Cultural Entanglement: Theoretical Implications of a Mediterranean Colonial Encounter”, in J. Cusick (ed), *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Souther Illinois University, 288-315.
- Dietler, M. (1999). *Consumption, cultural frontiers, and identity: anthropological approaches to Greek colonial encounters*. Naples: Arte Tipographica.
- Edwards, D. R. (2004), *Religion and Society in Roman Palestine: Old Questions, New Approaches*. London: Routledge.
- Kennedy, D. (1999), “Greek, Roman and Native Cultures in the Roman Near East”, in J. H. Humphrey (ed.), *The Roman and Byzantine Near East II. JRA Suppl.* 31: 76-106.

²⁸ Foucault 2007: 101.

²⁹ Tilley 1995: 40.

- Kuhn, T. (1996), *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. B. V. Boeira e N. Boeira. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2007), *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, ed 23.
- Funari, P. P. A. & Mourad, T. (2016), “Curadores do império: patrimônio como pilhagem colonialista”. *Herótodo* 01: 19-35.
- Hendin, D. (2011), *Guide to Biblical Coins*. New York: Amphora.
- Horden, P. & Purcel, N. (2000), *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Massey, D. (2009a), “The possibilities of a politics of place beyond place? A conversation with Doreen Massey”. *Scottish Geographical Journal* 125(3-4): 401-420.
- Massey, D. (2009b), *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mattingly, D. J. (ed.) (1997), Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. *JRA Suppl.* 23.
- Meshorer, Y. (2001), *A treasury of Jewish Coins*. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press.
- Roll, I & Ayalon, E. (1988), “Models of Settlements in Southern Sharon in Ancient Times”. *Ariel* 55-56: 38-43.
- Roll, I. & Ayalon, E. (1990), “Economic and Settlement Growth in Southern Sharon in the Roman Period”, in A. Degani *et al.* (ed.) *HaSaharon between Yarkon and Karmel*. Tel Aviv: Tel Aviv University, 191-200.
- Roll, I. (1996), “Roman Roads to Caesarea Maritima”, in A. Raban & K. Holun (eds.), *Caesarea Maritima. A Retrospective after two Millennia*. Leiden: E.J. Brill, 549-558.
- Silberman, N., Funari, P. P. A., Carvalho, A. V. & Mariuzzo, P. (eds.). (2016), *Desafios para o patrimônio*. Jundiaí: Paco.
- Sweely, T. (2001), *Manifesting Power: Gender and the interpretation of power in archaeology*. London: Routledge.
- Teixeira-Bastos, M. (2015), “Arqueologia e ritual: lugares de devoção na Palestina Romana. *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos* 5: 39-65.
- Tilley, C. (1989), “Discourse and power: the genre of the Cambridge inaugural lecture”, in D. Miller, M. Rowlands, C. Tilley (eds.), *Domination and Resistance*. Londres: Unwin Hyman, 41-62.
- Troccoli, R. (2001), “Women leaders in native North American societies: invisible women of power”, in T. Sweely (ed.), *Manifesting Power: Gender and the interpretation of power in archaeology*. London: Routledge, 49-61.
- Tufi, S. R. (2000), *Archeologia delle Province Romane*. Roma: Carocci.

Agradecimentos:

Agradecemos a Neil Silberman e Vagner Carneiro Porto. Mencionamos o apoio institucional da Fapesp, CNPq, Unesp, Usp e Unicamp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.